

Política

CONSTITUINTE

Quando Mauro Benevides, que presidia a Constituinte ontem, encerrou a sessão sem fazer a verificação de presença, acabou sendo interpelado com veemência pelos poucos presentes — entre eles Mário Covas, José Genoíno e Fernando Santana — que o acusavam de proteger os faltosos.

Discussão do dia na Constituinte: gazeteiros, lista de presenças, desconto de faltas, chamada...



Foto: Givaldo Barbosa/Correio Brasiliense

Tumulto: Covas exige verificação.

Terminou em tumulto a sessão de ontem de manhã da Constituinte. O 1º vice-presidente Mauro Benevides (PMDB-CE), que dirigia os trabalhos, recusou-se a fazer a verificação e encerrou a sessão, deixando irritados os poucos parlamentares presentes, que o acusavam de estar protegendo os faltosos.

Assim que desceu a escada que dá acesso à Mesa, Mauro Benevides foi interpelado pelo líder do PMDB, Mário Covas, que entrava apressado em plenário: "Isto não é possível. Exijo que se faça a verificação". Vários outros parlamentares rodearam Mauro Benevides. "Reabra a sessão, reabra" — pedia José Genoíno (PT-SP). "Estão protegendo quem come o dinheiro da Nação sem trabalhar" — dizia Fernando Santana (PCB-PA). "É para não se completar os cinco dias seguidos de faltas" — protestava também Paulo Delgado (PT-MG). Mais de quatro dias de faltas seguidas ou sete intercaladas acarretam os descontos: cada falta representa corte de cerca de 30 mil cruzados. E a semana, toda sem quórum, já tinha muitos faltosos.

Mauro Benevides procurava manter-se impassível, diante de um Mário Covas muito irritado e que recebia o apoio do vice-líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE). "Sexta-feira nunca se faz chamada" — justificava Benevides. "Estamos aqui para traba-

lhar" — replicava Covas. "Interrompemos uma reunião de negociações para vir aqui, correndo. Queremos ao menos que fique registrada nossa presença, para mostrar que estamos trabalhando. Não agüento mais ser gozado, porque desde quinta-feira da semana passada não há quórum na Constituinte."

"Também estou sendo gozado" — disse Benevides. "Todo mundo estava dizendo que não havia votação porque o dr. Ulysses não estava aqui." Assegurou, porém, que a presença seria dada pela lista de presença da portaria. Às 9 horas, na abertura da sessão, esta lista registrava 154 constituintes na Casa. Em plenário havia apenas 10.

"Ora, lista de presença..." — fez Covas, com sorriso irônico. "É para enxertar nela os que não estão aqui" — gritou alguém. "É para garantir os turistas, para que não levem faltas" — disse Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). "É preciso reabrir a sessão e fazer a verificação." "Há um mês que o Prodasen não recebe listas de presença" — informou o 1º secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), ao qual está subordinado o processamento de dados do Senado.

Mauro Benevides assumiu o compromisso de, daqui para a frente, fazer verificação eletrônica todas as sextas-feiras, às 10 horas. Como os ânimos continuassem

exaltados, anunciou outra solução: dar presença aos que estavam ali. Chamou um funcionário e mandou abrir uma folha na mesa. Imediatamente, formou-se uma fila para assiná-la.

"Não vou assinar" — disse Covas, do plenário. "Acho isso uma humilhação. Se quiserem dêem falta. O problema é moral, não de dinheiro." Sua irritação sobrou até para o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que não percebeu a inoportunidade para dizer a Covas que precisava conversar sobre a questão dos juros. E mencionou o fato de Covas ter conversado, na véspera, com o banqueiro Bornhausen. "Francamente, não esperava isso de você" — respondeu-lhe, áspero, Mário Covas, parecendo ter entendido que Gasparian havia feito alguma insinuação de entendimento com os banqueiros.

A questão começara meia hora antes, quando Paulo Delgado pedira a verificação de quórum. Mauro Benevides disse que, como era evidente a falta de número mínimo (56 constituintes) em plenário, iria encerrar a sessão. Diante dos protestos, ele decidiu suspender a sessão por 15 minutos, para acionar as campanhas, chamando os parlamentares ao plenário. Mas, cinco minutos depois, reabriu a sessão para declará-la imediatamente encerrada, sem fazer a verificação.

O campeão de faltas pede multa para quem falta

"O parlamentar que se ausenta na Constituinte não deveria sofrer corte no seu vencimento, mas sim pagar multa." A frase não é, ao contrário do que possa parecer, de qualquer um dos assíduos participantes das sessões do Congresso, que se cansam de cobrar de Ulysses Guimarães providências mais drásticas contra os faltosos. A declaração é exatamente de Felipe Cheidde (PMDB-SP), que junto com Mário Bouchardet (PMDB-MG), liderou em maio o "ranking" dos mais ausentes na Constituinte, com 14 faltas em 22 sessões realizadas.

A ironia do deputado não pára na questão da multa. Ele diz que "torcia" para que Bouchardet tivesse somado mais freqüências para que, assim, ele (Cheidde) ti-

vesse liderado sozinho a lista dos ausentes. Felipe Cheidde considera justo que os parlamentares ausentes sejam punidos. "Me disponho a pagar pelo ato que assumo" — destaca.

O que Cheidde se orgulha em ostentar é, aliás, a posição de ser um ausente assumido: "Não vou às sessões porque não estou satisfeito com a Constituinte. Ao contrário de muitos parlamentares que não faltam, não sinto prazer em comparecer simplesmente para apertar botões, referendando coisas já combinadas".

Cheidde ressalva, porém, que não deixa de votar matérias que considera importantes. Uma das próximas em que ele faz questão de estar presente é a das eleições

municipais, para votar a favor de que se realizem ainda este ano "porque é o que determina a Lei", foi exatamente pelo mesmo motivo que ele votou pelo mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Abominado pela esquerda, Felipe Cheidde, de 51 anos de idade e mais de 20 de desportista — ele ocupa hoje a vice-presidência do Esporte Clube São Bernardo —, é dono de empresas, fazendas, helicóptero e não consegue calcular a fortuna que acumulou.

Afirma que não se candidatou nem foi eleito deputado para receber a remuneração de parlamentar. Aliás, esse dinheiro é, segundo ele, todo dado a instituições de caridade.

Ironia: entre os punidos, três dos mais assíduos.

O deputado José Serra (PMDB-SP) considerou profundamente injusta a inclusão de seu nome entre os constituintes punidos por faltas às sessões de maio. E não é só porque ele e outros dois punidos — Delfim Netto (PDS-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ) — fazem parte do grupo de parlamentares conhecidos como **superpresentes** (são os mais assíduos e de maiores contribuições ao texto da nova Constituição). A injustiça é maior, diz Serra, porque quatro de suas faltas ocorreram entre 25 e 30 de maio, período em que foi a Portugal falar sobre a Constituinte a empresários portugueses e brasileiros. Com licença e autorização da Mesa.

A portaria da Mesa diretora da Assembléia decidiu em abril que o constituinte que faltasse a cinco sessões seguidas ou a sete alternadas passaria a ser descontado em 1/30 de seus vencimentos por dia de falta. Como essa decisão só começou a ser aplicada em maio, acabou gerando absurdos como este: se alguns dos 29 punidos são gazeteiros inveterados, como o caso do

Desde o início da Constituinte, José Serra (ao lado), Delfim Netto e Francisco Dornelles estão entre os deputados com participação mais decisiva.



campeão em faltas Felipe Cheidde (PMDB-SP), acabou atingindo Serra, Delfim e Dornelles, que têm participação decisiva em todo o processo constituinte.

Serra lembra que uma ou outra falta eventualmente registrada em sessões ou votações não significa, necessariamente, ausência do parlamentar. "Há centenas deles com 4 ou 5 faltas alternadas em maio. Por quê? Veja esta semana, por exemplo: não houve uma só votação. E nem haveria, mesmo com quórum, porque ainda não há acordo sobre as disposições transitórias. Mas passei esses dias em meu gabinete ou em reuniões, longe do plenário, trabalhando o texto para um acordo. Se há chamada para verificação de quórum nesses momentos, às vezes não dá tempo ou nem vale a pena correr para o plenário."

Serra já conversou com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, sobre a viagem que provocou sua punição. Ulysses reconheceu a injustiça ("é uma ironia", disse) e prometeu estudar uma solução.

ANISTIA: NADA DE ACORDO.

O governo fez uma proposta e os autores das emendas não aceitaram

Temendo uma "quebradeira" no setor financeiro e outros efeitos nefastos na economia, o governo federal propôs ontem, sem sucesso, um acordo aos autores das emendas que eliminam a correção monetária dos empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado pelos pequenos e médios produtores rurais e pequenos e microempresários. Pelo acordo, sugerido ao deputado Humberto Souto (PFL-MG) e ao senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), pelo líder governista na Câmara, Carlos Sant'Anna, seria estipulado um teto máximo, em OTNs, para as despesas que o setor público teria com a anistia.

"Não há como fazer acordo com o governo", declarou à saída da reunião o depu-

tado Humberto Souto, argumentando que os bancos, segundo cálculo de Lavor feito com base em dados do Banco Central, deixariam de receber apenas Cz\$ 180 bilhões e não Cz\$ 1,6 trilhão, como diz o Ministério da Fazenda.

O texto de fusão das emendas de Souto, Lavor e de Ziza Valadares (PMDB-MG) ainda não está pronto, mas suas linhas gerais já foram definidas pelos autores: não perdoa o débito principal e juros pactuados; cancela a correção monetária até a liquidação; abrange todo o território nacional; beneficia micro e pequenos empresários urbanos e pequenos e médios produtores rurais; refere-se a dívidas contraídas até 31 de dezembro de 1987; e a liquidação da

dívida deverá ser feita até 180 dias depois da entrada em vigor da nova Carta.

A previsão é que a matéria seja votada do dia 22 em diante. E desde já os dois lados se movimentam, fazendo pressões pró e contra a aprovação. O governo, por exemplo, decidiu propor o acordo porque acredita em grandes chances de aprovação da emenda. Ontem ainda o ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega voltou a fazer previsões sinistras caso seja aprovado o texto que se anuncia. Se isso ocorrer, restará ao governo cumprir a decisão, diz ele. "Mas se os beneficiários da medida pensam que vão ficar felizes estão completamente enganados, porque serão arrastados pelos efeitos nefastos que trará a toda a economia."

Reforma tributária: atraso prejudica os Estados.

Devido ao atraso dos trabalhos da Constituinte, há o sério risco de a reforma tributária — já aprovada no primeiro turno de votações — ser aplicada apenas parcialmente no exercício de 1989, prejudicando Estados e municípios. O alerta foi dado ontem pelo deputado José Serra (PMDB-SP). Segundo ele, o aumento da transferência da arrecadação através do Fundo de Participação de Estados e Municípios não será afetada, "porque é auto-aplicável". Ou seja,

bastará a mudança no texto constitucional para que a alteração seja feita, sem necessidade de regulamentação através de leis.

O mesmo não ocorre, entretanto, com a transferência de impostos atualmente recebidos pela União para os Estados e municípios. Essa alteração deverá ser autorizada pelas legislações federal, estaduais e municipais. E o caso dos impostos únicos sobre minerais, energia elétrica, combustí-

veis e lubrificantes, além dos impostos sobre transportes, cuja arrecadação será transferida da União para os Estados.

Embora a transferência de impostos corresponda, em valor, a apenas 20% do valor a ser repassado para os Estados e municípios, Serra considera muito a possibilidade de que ela não seja aplicada já no próximo ano, por ser "a parte mais importante da reforma tributária".

Quêrcia se esforça. Quer atrapalhar a nova legenda.

Enquanto a nova legenda de centro-esquerda ensaia sua formação com os dissidentes do PMDB, o governador Orestes Quêrcia vem lutando desesperadamente na tentativa de descaracterizar o ideário político da sigla que ainda nem foi criada. Na opinião dos dissidentes, Quêrcia estaria resgatando metas que eles aprovaram no congresso estadual do PMDB, no ano passado, e que foram engavetadas pelo próprio governador e seus liderados.

Essas metas levariam o PMDB mais para a esquerda, garantiriam a democracia partidária interna e eliminariam o fisiolo-

gismo. Agora, essas metas se transformam nas principais características da nova legenda — e é exatamente isso que Quêrcia quer evitar: quer mostrar que o PMDB que fica é o de centro-esquerda e não de centro-direita, como apontam os dissidentes.

O novo partido, porém, não está preocupado com isso. Em sucessivas reuniões, os dissidentes já definiram que a agremiação vai concorrer com candidatos próprios para as prefeituras de pelo menos dez capitais. As eleições de novembro, contudo, serão apenas uma estratégia para firmar a nova sigla entre o eleitorado. "A intenção é

ganhar força para o que realmente interessa — a sucessão presidencial do ano que vem", confessa o deputado Arthur da Távola, ele próprio candidato à prefeitura do Rio pela nova legenda.

Em São Paulo, o candidato seria Franco Montoro, enquanto o senador Mário Covas ficaria preservado para disputar a sucessão presidencial. O novo partido levaria a sigla PRD — Partido da Renovação Democrática —, embora o nome não seja definitivo. As conversações prosseguirão numa nova reunião marcada para amanhã, às 9 horas, na Casa de Portugal.